

O Brasil é o segundo país em população negra do mundo, só perdendo para a Nigéria. Mais da metade do povo brasileiro descende de povos africanos. Assim, as culturas africanas e afro-brasileira deveriam ser conhecidas, respeitadas e valorizadas, o que não acontece entre nós. Os currículos escolares costumam omitir totalmente a questão negra, de modo que os egressos da educação básica são quase que analfabetos no que diz respeito à História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Da mesma forma, ainda não somos devidamente educados para estabelecermos relações étnico-raciais que respeitem não-brancos como cidadãos a pleno título.

A educação brasileira, por ser eurocêntrica, baseia-se na política discriminatória e de exclusão para com o povo negro, ao não incluí-lo nas suas preocupações. Os

afro-brasileiros não são contemplados com práticas pedagógicas adequadas que atendam suas especificidades, características, necessidades, nem com ações que tratem as relações étnico-raciais com seriedade. O nosso modelo de educação é alienante para a maioria do povo brasileiro que é negro. Esse modelo, responsável em grande parte pelo fracasso escolar de afro-brasileiros, contribui, também, de modo significativo para a existência de problemas de identidade e baixa autoestima na comunidade negra.

Para promover a educação das relações étnico-raciais, no âmbito de nossas escolas, a presença do educador de da educadora negra é extremamente importante. Muitos destes profissionais são participantes do movimento negro organizado, e vêm buscando, há muitos anos, construir um processo educativo inclusivo, sob a ótica étnico-racial,

para os e as afro-brasileiras.

A construção de uma educação que respeite e valorize as culturas do povo negro e promova o resgate de sua história, dando-lhes condições de apropriação dos conhecimentos pertinentes, é tarefa nada fácil.

A maioria das vezes, é no seio do movimento negro organizado que o professorado tem buscado capacitar-se para encarar o desafio de promover a educação das relações étnico-raciais. As instituições de ensino superior começam agora a entender a necessidade de voltar-se para essas questões, até porque é preciso cumprir a legislação vigente que estabelece as diretrizes curriculares que vêm atender, de modo especial, a realidade do povo afro-brasileiro.

A história dos Agentes de Pastoral Negros, no Rio Grande do Sul, nasce vinculada à preocupação com a educação das crianças e dos jovens negros/as. Foram os educadores APNs/RS os primeiros a denunciarem a presença, em livros

didáticos e de catequese, de conteúdos racistas, depreciativos e de figuras estereotipadas, relativas ao jeito de ser e de viver das pessoas negras.

Desde o início da caminhada, nós, educadores/as APNs/RS, vimos trabalhando em escolas do ensino fundamental e médio e, hoje, já contamos com um contingente significativo no ensino superior. Todos buscamos reformular as práticas pedagógicas, criando um novo ambiente escolar propício à formação da cidadania da comunidade negra. Em finais de semana, voluntariamente, um expressivo número de educadores e educadoras (formais e não-formais) atua nas periferias urbanas e no meio rural, especialmente em comunidades remanescentes de quilombos.

Na década de oitenta, construímos um projeto pedagógico alternativo, voltado para as comunidades extremamente empobrecidas, com o objetivo principal de resgate da cultura e da história do povo negro, visando a elevar a autoestima dos afro-brasileiros e a pro-

mover a cidadania das crianças e jovens negros/as.

A Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul tomou conhecimento desse projeto e, em 1986, desencadeou um trabalho semelhante nas escolas estaduais de nível fundamental, médio e supletivo, com o projeto "O Negro e a Educação". A assessoria prestada por professores integrantes de diferentes segmentos do movimento negro organizado ao Estado assegurou o êxito do empreendimento e a qualificação dos professores da rede pública estadual.

Criamos, por volta de 1990, o Coletivo Estadual de Educadores Negros, cujo objetivo maior é a qualificação de pessoal docente (professores e professoras de diferentes redes e níveis de ensino) sem a interferência dos sistemas escolares. O Coletivo é integrado por pessoas com formação de 2º e 3º graus.

Por toda a década de 90, foram acontecendo encontros e seminários, tendo como público professores e professoras negras que, a

partir desses eventos, passaram a fortalecer sua própria identidade. Começaram, por exemplo, a ter coragem para usar penteados e roupas com forte influência africana. Com a auto-estima em alta, esses educadores e educadoras se destacaram, ao falar com voz audível, a se manifestar em atividades de grupo, fato que até então era pouco comum. Tornaram-se agentes de transformação, atuando, em suas escolas e nas comunidades, como referências nas questões de negritude.

Outra estratégia importante do Coletivo é a formação da juventude negra, que, geralmente, estuda em escola do ensino médio localizada em periferias urbanas e que, infelizmente, pelo desconhecimento que tem do povo negro e sua trajetória, pouco ou nada contribui para a formação dos afro-brasileiros. Os jovens que participam do trabalho realizado pelos APNs/RS têm sua identidade fortalecida e, conseqüentemente, são jovens que começam a exigir da sociedade condições para alcançar a cidadania plena.

Alguns já ingressaram no ensino superior, outros preparam-se para nele ingressar. Como exemplo, temos o caso de um dos nossos jovens que foi selecionado para concluir o ensino médio nos Estados Unidos, concorrendo na seleção com colegas todos brancos de classe média alta, classificando-se em primeiro lugar. Essa juventude participa de cursos de formação, de aulas de reforço escolar, de cursos de qualificação profissional, especialmente informática, para combater o "apartheid" digital, que atinge em cheio os jovens afro-brasileiros. Todas essas ações são realizadas por educadores e educadoras negras voluntárias, porque se os alunos fossem depender de oportunidades de formação oferecidas pelas escolas públicas, não estariam hoje aptos para enfrentar os desafios que a sociedade oferece, e, muito particularmente, ingressar no mundo do trabalho.

No 6º Encontro de Educadores Negros, realizado em Porto Alegre em 1996, frei David Raymundo

dos Santos, da Pastoral Negra da Baixada Fluminense, atuou como assessor e apresentou as bases para a estruturação dos pré-vestibulares para negros/as e carentes. A partir daí, vários cursos foram sendo construídos no estado. Esses cursos, hoje disseminados por várias unidades da federação, desenvolvidos por lideranças negras com a presença de não-negros, constituem verdadeira revolução na área da educação. Mostram que os e as empobrecidas, a maioria negros e negras, tendo oportunidades, podem ser bem-sucedidos no ingresso nas universidades públicas, principalmente.

Vários alunos egressos desses cursos estão tendo êxito nos cursos escolhidos e outros tantos já começam a atuar como docentes dos pré-vestibulares, retribuindo com trabalho o que foi recebido como preparação para o ingresso no ensino superior. Mostram que, por meio de um trabalho sério e efetivo, a partir das bases é possível construir ações afirmativas para se superarem as desigualdades na área da educação

existentes em nosso país.

Também temos a consciência de que os alunos e as alunas aprovadas pelo sistema de cotas precisam de outras formas de apoio para levar a bom termo os estudos superiores, por exemplo: financiamento para garantir seu sustento durante o curso universitário, como é o caso de bolsas de estudo.

Hoje, temos pela frente um grande desafio: o cumprimento da Lei Federal nº 10639/03, normatizada pelo Parecer CNE/CP 003/2004 e Resolução CNE 01/2004, que se referem às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

O Coletivo está apto para atuar neste momento. Realizamos, no corrente ano em Porto Alegre, o 1º Seminário Estadual para o Ensino da Cultura e História do Povo Negro, tendo por objetivos: a) formar professores para a execução do art. 26^A da LDB; b) propor e discutir procedimentos para uma pedagogia

comprometida com o combate ao racismo e às discriminações: construir compromissos, a partir do reconhecimento da valorização da história e cultura dos negros na África e na diáspora, especialmente, no Brasil.

Aberto aos professores e às professoras dos sistemas escolares, negros/as e não-negros/as, o Seminário acolheu uma grande maioria de educadores e educadoras negras (aproximadamente, 95% dos presentes). Muito embora toda a divulgação feita em escolas, ainda prevalece a idéia de que isto é um problema dos negros e negras e assunto para a comunidade negra, e não da sociedade e da escola.

O cumprimento da Lei obrigará a uma revisão dos materiais didático-pedagógicos, a uma nova estratégia para a formação inicial e continuada de professores/as e gestores/as educacionais, a uma revisão dos princípios que orientam os projetos político-pedagógicos das escolas.

O Coletivo Estadual de Edu-

cadores Negros APNs/RS, atento ao significado e importância deste momento histórico para a educação brasileira e consciente do papel que aos afro-descendentes cabe desempenhar, está atuando de modo institucional, no:

a) Grupo de Trabalho, constituído por sete educadores de diferentes unidades federadas, constituído para acompanhar e avaliar a implantação e a implementação das Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

b) Grupo de Trabalho constituído pela Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana e Movimento Negro Organizado para planejamento e execução do Programa Educação Anti-Racista no Cotidiano Escolar: História e Cultura Afro-Brasileira, em desenvolvimento em Porto Alegre.

Nós, educadores e educadoras negras, trabalhamos para que a soci-

idade, verdadeiramente, reconheça e respeite a diversidade étnico-racial e cultural existente no Brasil. Trabalhamos para que a escola que queremos seja uma escola cidadã, onde todos têm lugar e possibilidade de se constituírem brasileiros/as de pleno título. Trabalhamos para que todos/as tenham acesso a uma escola de qualidade que desvele a grande contribuição dos africanos escravizados e dos afro-brasileiros para a construção da nação brasileira, que promova a elevação da auto-estima do e das afro-brasileiros e fortaleça sua identidade enquanto cidadãos e cidadãs.

Nota

1 É professora e Supervisora do sistema estadual de ensino (aposentada). Pós-Graduada em Educação na área de Supervisão Educacional. Coordenadora Estadual dos Agentes de Pastoral Negros APNs/RS do Regional Sul 3 da CNBB e do Coletivo Estadual de Educadores Negros APNs/RS.